

PRODUÇÃO ESCRITA: O ARTIGO DE OPINIÃO NO DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE ARGUMENTATIVA NO NONO ANO

Ecia Mônica Leite de Lima Freitas (UPE)

leitelinda2008@hotmail.com

RESUMO: Os PCN's (1998) de Língua Portuguesa, para o Ensino Fundamental, têm como principal objetivo proporcionar aos estudantes um desempenho linguístico satisfatório para a resolução de problemas do dia a dia, bem como, para adquirir o letramento necessário a uma participação efetiva na vida social. Isso implica dizer que produzir textos escritos atualmente representa uma das necessidades primordiais do indivíduo. É através da escrita, que é possível uma existência real do indivíduo em contextos socioculturais. Diante disso, o presente trabalho, apresenta uma proposta de pesquisa-ação visando desenvolver habilidades linguísticas, textuais, composicionais e sociodiscursivas na escrita de texto argumentativo, a partir de um gênero textual específico – o artigo de opinião – e da realização da proposta teórico-pedagógica de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) – a sequência didática. Nossa discussão adota como pressuposto teórico básico a noção de gênero como mecanismo essencial de inserção social, organização social e exercício de poder, possibilitando uma reflexão quanto ao conceito de gênero, com base em um diálogo entre as noções teóricas de Bronckart (1999), Bazerman (2011), e Marcuschi (2002). A reflexão aqui desenvolvida se dará a partir da análise de produções textuais do gênero artigo de opinião, em uma turma do nono ano do Ensino Fundamental. A escolha da série justifica-se pelo fato de que é no nono ano que as habilidades argumentativas, adequadas às diversas práticas sociais deverão estar bem desenvolvidas, uma vez que, ao final dessa série, os estudantes enfrentarão novos desafios de efetivação dos conhecimentos adquiridos para a prática de produção escrita. Ademais, um desenvolvimento efetivo das habilidades de produção escrita, nessa etapa da vida, pode contribuir não só para o ingresso no Ensino Médio, como também para que estejam aptos a posicionarem-se diante de problemas sociais, mediante o uso dos diversos gêneros textuais específicos para esse fim. Dessa forma, a presente pesquisa viabilizará a prática de produção do gênero artigo de opinião como meio para o desenvolvimento da competência argumentativa dos estudantes. Tal proposta torna-se pertinente, à medida que visa investigar como a prática de produção escrita dos estudantes do nono ano do Ensino Fundamental II poderá ou não os familiarizar com o gênero artigo de opinião e a partir disso, proporcionar, aos estudantes, melhores condições de produção escrita do gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Escrita; argumentação; práticas sociais.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho busca principalmente defender a importância de se considerar que o homem é o ser que se constitui por e pela linguagem. Nessa ideia se justifica a necessidade de que a escola reúna esforços no sentido dos estudantes se apropriarem dos conhecimentos para os usos da língua. Pensar um trabalho em sala de aula que proporcione aos estudantes a inserção nas práticas sociais, mediante os usos da linguagem, requer que se assumam a ideia de letramentos como fundamental. Essa afirmação se baseia em muitos estudiosos. Entre eles, os estudos referenciais de Soares (2002), que define o letramento como o resultado da ação de ensinar, no que condiz, o domínio da leitura e da escrita.

Nessa perspectiva, faz-se necessária uma reflexão, por parte da escola, acerca do ensino de língua, pois sendo a escola o lugar por excelência para o letramento, ela deve proporcionar aos seus estudantes um bom desempenho nas práticas de escrita, a fim de que por meio dessa prática possam envolver-se no mundo social. Sabemos, porém, que esses usos

sociais apresentam características bem específicas dependendo do tipo de atividade que o indivíduo esteja inserido, portanto, a escrita desenvolvida na escola deve ser bem diversificada de forma que possa atender aos diversos âmbitos discursivos da atividade humana e consequentemente a formação do sujeito letrado para as práticas sociais.

A ideia aqui apresentada é que, embora os documentos oficiais PCN's e OTM's, baseados nas teorias mais recentes, orientem a prática pedagógica do professor de Língua Portuguesa em torno do trabalho com os gêneros textuais, o eixo produção textual não avançou muito, na escola. Nossa afirmação se baseia nos resultados das provas do ENEM que evidenciam um baixo desempenho na escrita. Portanto, os estudantes precisam ser orientados quanto ao processamento didático de construção dos gêneros, é preciso por em foco a aprendizagem da escrita através de uma exposição detalhada das peculiaridades que compõem o processo de escrita dos gêneros, assim como levar os estudantes a identificar a função social do texto com vista ao projeto de dizer do produtor.

Nesse trabalho tomamos como aporte teórico os estudos de Bronckart (1999), Bazerman (2011) e Marcuschi (2002), que argumentam a favor de que a produção escrita seja priorizada no contexto de uso concreto da língua, priorizando os aspectos sociais, legitimando assim, o letramento social. Já em relação aos gêneros, os autores os concebem como ação, interação e organização social privilegiando os papéis sociais desempenhados por seus interlocutores, indo além dos aspectos estruturais, representacionais e composicionais dos gêneros. É nessas ideias que se funda a essência desse trabalho, pois elas permitem uma reflexão acerca das condições sociocomunicativas, identificadas nos processos sociointerativos de uso da língua, com vista a compreender como tais processos funcionam nas práticas de produção escrita dos estudantes, e como podemos fazer com que funcionem ainda melhor.

Considerando que esse trabalho visa priorizar os aspectos sociodiscursivos, sócio-históricos e culturais de uso da linguagem escrita, e que para essa prática, tanto as funções sociais quanto as condições e estratégias de produção, exigem um gênero que reporte a prática de linguagem escrita utilizada em âmbitos sociais diversos, é que o gênero 'artigo de opinião' foi escolhido como objeto de aprendizagem para essa proposta.

Ademais é possível compreender a pertinência desse trabalho, mediante o seu objetivo que é investigar como a prática de produção escrita dos estudantes do nono ano do Ensino Fundamental II poderá ou não os familiarizar com o texto argumentativo bem como, investigar como desenvolver a argumentatividade a partir de um gênero textual específico o – artigo de opinião – e da aplicação da proposta metodológica de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) – a sequência didática. É importante ressaltar que a sequência didática representa uma ordenação de estratégias para o ensino de gêneros, a partir do pressuposto de que a escrita deve ser vista enquanto um processo realizável. Para isso apresenta uma organização por etapas, que quando bem trabalhada, leva os estudantes a seguirem todo o processo de produção de um determinado gênero.

Diante do exposto e julgando pertinente refletir sobre o desempenho na escrita dos estudantes, elegemos para investigação uma turma do nono ano do Ensino Fundamental, nível em que pode marcar definitivamente as dificuldades em relação ao desenvolvimento da competência escrita. Posto isto, explicamos que a pesquisa encontra-se em andamento, portanto, o *corpus* desse trabalho é composto por uma produção escrita do gênero - artigo de opinião- de um total de trinta e sete textos recolhidos durante a vivência da primeira etapa da proposta metodológica, – a sequência didática-. Os demais serão analisados posteriormente. A pesquisa está sendo desenvolvida em uma escola pública pertencente à Rede Estadual de ensino do Estado de Pernambuco. A partir desses textos, recolhidos na etapa inicial da pesquisa, é que vamos analisar criticamente os níveis de apropriação da escrita dos estudantes, sobretudo, no desenvolvimento da argumentatividade, ao término do Ensino Fundamental.

Ademais, essa ideia gira em torno de uma reflexão acerca do aspecto social dos estudos da linguagem, nomeando os gêneros como meio de interação social e de organização social, assim, priorizamos, nessa pesquisa, o trabalho com o gênero artigo de opinião, em que predomina a argumentação, por considerar o seu domínio fundamental para a efetiva participação social. Organizaremos essa discussão a partir dos seguintes tópicos ‘Os Gêneros como ação social e o ensino de produção de texto’, ‘Argumentação como uma atividade social e discursiva’ e por fim apresentaremos um resultado parcial dessa pesquisa, intitulado ‘A argumentação na produção do gênero: analisando a prática’.

1 OS GÊNEROS COMO AÇÃO SOCIAL E O ENSINO DE PRODUÇÃO DE TEXTO

Diversas são as terminologias para a classificação de texto, porém, nos estudos linguísticos atuais, já existe um consenso de que não se produz texto, sem que esse esteja materializado em um determinado gênero textual. Em consonância com esse pensamento, encontram-se as ideias de Marcuschi (2008, p.22), que afirma que “[...] todo uso e funcionamento significativo da linguagem se dá em textos e discursos produzidos e recebidos em situações enunciativas ligadas a domínios discursivos da vida cotidiana e realizados em gêneros que circulam na sociedade”.

Assim, trabalhar os gêneros textuais é entender a linguagem enquanto forma de ação, partindo de uma análise da língua enquanto atividade. Isso deve se dar a partir de uma relação entre as formas linguísticas, cognitivas, culturais e as ações sociais.

É preciso entender, portanto, que o estudo do texto se baseia ainda hoje nas diversas concepções acerca do ensino de língua. Segundo Soares (1998), temos uma abordagem mais estruturalista (ao nível da frase), momento esse, em que surgem as primeiras reflexões acerca do léxico-gramática e sua inter-relação entre texto e discurso. Em um segundo momento, são os padrões sociocognitivos ou estruturas retóricas utilizadas na produção/recepção de textos que são postos em evidência, juntamente com os propósitos comunicativos pelos quais os contextos de uso ganham espaço; e, por fim, falemos dos estudos atuais, momento em que o estudo do texto prioriza os aspectos externos observáveis na sua produção, aspectos esses que remontam à concepção de texto materializado em gêneros como formas de inserção, organização cultural e ação social.

Diante de tais reflexões, é possível nos depararmos com expressões do tipo: gêneros de textos, gêneros textuais, gêneros do discurso, tipo de texto, tipo de discurso entre outras. É preciso lembrar, porém, que cada uma dessas distinções terminológicas corresponde a diferentes abordagens, de diferentes momentos, que, embora se inter-relacionem ou se aproximem, têm suas especificidades quanto ao modo de entender o que de fato vem a ser o texto. Para compreender melhor essas posições, Bakhtin (2003, p. 279) defende que:

a utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciatador reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais -, mas também, e, sobretudo, por sua construção composicional.

Tendo em vista isto, buscamos em Marcuschi (2002, p. 24) a distinção entre texto, gênero e discurso. Para o estudioso,

pode-se dizer que texto é uma entidade concreta, realizada materialmente e corporificada em algum gênero textual. Discurso é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva. Assim, os discursos se realizam nos textos.

A partir das posições teóricas, aqui citadas, entendemos que o texto se materializa em gêneros textuais e estes não podem ser concebidos desvinculados da realidade social e de seu envolvimento com as atividades humanas. Marcuschi (2008) constata isso, ao afirmar que os gêneros textuais atuam em certas situações discursivas, como forma de legitimá-las, uma vez que as situam numa relação sócio-histórica, como fontes de produção que lhes dão sustentação. Comunga de pensamento semelhante Bazerman (2011) ao declarar que as ocorrências sociais são registradas através de modelos textuais fixados, e precisos, e que juntos os vários tipos de textos se condicionam em um conjunto de gêneros que representam as atividades humanas.

Diante de tais teorias, e priorizando aqui, nesta proposta, a concepção de gêneros enquanto ação social, voltemos a discussão ao trabalho com os gêneros textuais no ambiente escolar que, em geral, é guiado pelos PCN's e OTM's. Esse trabalho tem apresentado certa complexidade, uma vez que os estudantes não conseguem a princípio se familiarizar com os gêneros textuais que são propostos por esses documentos. Os critérios estabelecidos pelas propostas curriculares, para a seleção dos diferentes gêneros em cada série, parecem não concordar com os níveis de aprendizagem dos estudantes. Desta forma, eles não conseguem uma progressão didática no domínio dessas linguagens apresentando diversas dificuldades na apropriação da escrita dos gêneros estudados não atendendo às expectativas apresentadas pelos PCN's e OTM's, em relação ao domínio da escrita. Percebemos, porém, a importância da apropriação dos gêneros pelos estudantes e da relevância de investigar as práticas de escrita trazidas por eles e, diante do quadro, adotar estratégias que visem à preparação dos alunos desenvolvendo neles ao longo do processo de formação o letramento necessário para cada nível de escolaridade. A esse respeito, Bazerman (2011, p. 16) concorda quando apresenta o seguinte argumento:

Os alunos, ao terminarem seus estudos, precisam estar aptos a produzir muitas diferentes formas de escrita. Embora todas as formas de escrita que os alunos poderiam precisar sejam impossíveis de antecipar, os alunos precisam de habilidade e flexibilidade suficientes para se adaptar às situações variantes da escrita.

Diante do exposto fica clara a necessidade prática de preparar os estudantes para uma aprendizagem da escrita, que vá além da produção de sentenças corretas, mas, sobretudo, das maneiras que os estudantes encontram de lidar com os gêneros textuais, quer na escritura, quer na leitura, no contexto das múltiplas atividades que a escrita enquanto processo exige, adequando-a às circunstâncias sociais e contextuais adequadas.

Assim, na tentativa de tornar o ensino de produção de texto mais eficaz, diversas visões e noções do ensino de texto permeiam a organização do currículo; noções essas que tanto podem favorecer a utilização da escrita em diferentes situações de usos sociais, como podem dificultar o processo de aquisição da escrita. Entretanto, é perceptível o desejo comum dos que fazem o ensino, de proporcionar aos estudantes um desempenho linguístico para a sua inserção na vida. É o que podemos identificar no objetivo geral apresentado pelos PCN's (1998, p. 32) para o ensino fundamental, a saber:

espera-se que o aluno amplie o domínio ativo do discurso nas diversas situações comunicativas, sobretudo nas instâncias públicas de uso da linguagem, de modo a possibilitar sua inserção efetiva no mundo da escrita, ampliando suas possibilidades de participação social no exercício da cidadania)

Porém, o fato é que o ensino de gênero não tem sido produtivo na escola. Marcuschi (2008) ressalta que o papel da escola precisa ser redimensionado. É preciso antes de tudo perceber se se está correspondendo ao papel social de ensinar, mas, sobretudo, de fazer com que o estudante aprenda.

Nos PCN's e nas OTM's de Língua Portuguesa, os gêneros textuais são tomados como objetos de ensino. Percebemos uma preocupação dos PCN's (1998, p.10) em inserir o trabalho com os gêneros textuais, nas aulas de língua. É o que se depreende no seguinte trecho: “as situações de ensino de língua precisam ser organizadas, basicamente, considerando-se o texto como unidade básica de ensino e a diversidade de textos e gêneros que circulam socialmente, bem como suas características específicas”.

É importante destacar que, embora os PCN's tenham sido embasados por diversas teorias sobre o assunto, é notável a presença de ideias advindas do interacionismo sociodiscursivo, e de uma perspectiva sociorretórica/sócio-histórica e cultural propostas por diversos estudiosos e adotadas nessa pesquisa como fundamental para um trabalho significativo com os gêneros textuais. Bronckart (1999, p. 42) destaca a importância do interacionismo sociodiscursivo quando afirma que a ideia central dessa tese “é que a ação constitui o resultado da apropriação, pelo organismo humano, das propriedades da atividade social mediada pela linguagem”.

Em relação à perspectiva sócio-histórica e cultural, os autores que comungam dessa teoria, elegem o trabalho com gêneros textuais como forma de organização social, de relações de poder. Entre eles podemos citar Bazerman(2011) que em seu trabalho, afasta-se da reflexão de língua enquanto estrutura, para priorizar nos estudos da linguagem os aspectos sociais, históricos e culturais e Marcuschi(2008) que de modo particular, também comunga dessa perspectiva, uma vez que ele considera a língua como atividade social e histórica. Isso se torna evidente em uma reflexão sobre a língua de pelo menos quatro pontos, sugerida pelo autor (p. 21), a saber:

- a) Na noção de linguagem como atividade social e interativa;
- b) Na visão de texto como unidade de sentido ou unidade de interação;
- c) Na noção de compreensão como atividade de construção de sentido na relação de um eu e um tu situados e mediados e
- d) Na noção de gênero textual como forma de ação social e não como entidade linguística formalmente constituída

É importante salientar que tais teorias estão em consonância com Bronckart (1999, p.103), quando o autor afirma que “a apropriação dos gêneros é um mecanismo fundamental de socialização, de inserção prática nas atividades comunicativas humanas”, evidenciando uma aproximação entre a perspectiva interacionista e sociodiscursiva e a perspectiva sócio-histórica e cultural, possibilitando assim um diálogo entre essas teorias.

De maneira geral, percebe-se que os PCN's (1998) parecem levar em conta tais teorias, uma vez que, na relação dos gêneros apresentados para serem trabalhados nas séries finais do Ensino Fundamental, agrupam-nos em função das necessidades dos indivíduos para a efetiva inserção na sociedade letrada. Dentre as escolhas, podemos destacar os gêneros de imprensa, publicitários, divulgação científica e os textos de opinião, gêneros esses de maior relevância social.

Vale ressaltar que embora os PCN's, apoiados nessas teorias, admitam que o trabalho de produção de texto deva visar uma maior autonomia do ser no âmbito social, na prática, isso ainda não ocorre, uma vez que, os estudantes não apresentam um bom desempenho na escrita dificultando essa autonomia. Por isso, a fim de que os estudantes se apropriem de fato das práticas de escrita, faz-se necessária uma reflexão acerca das teorias que entendem o “gênero como ação social”, e das práticas de produção escrita no âmbito escolar, a fim de que possam favorecer a inserção dos estudantes nos contextos sociais em que estejam inseridos.

2 ARGUMENTAÇÃO: UMA ATIVIDADE SOCIAL E DISCURSIVA

Este trabalho focaliza a argumentação como uma manifestação discursiva e social que tem como objetivo levar o interlocutor a legitimar uma opinião acerca de um determinado assunto. Vista deste modo, quando o indivíduo utiliza-se da linguagem para apoiar um ponto de vista acerca de um assunto, assegurar uma refutação, sustentar uma ideia ou para propor uma tomada de decisão diante de problemas sociais controversos, está argumentando.

A ação argumentativa se dá através da persuasão. Essa técnica foi utilizada desde a retórica clássica em que os gregos recorriam à dimensão do convencimento para obter poder, assim, as classes dominantes necessitavam apropriar-se da boa argumentação. Nesse contexto a palavra passou a ser uma ferramenta de grande valor no processo argumentativo e era comum a presença de mecanismos discursivos com características persuasivas. Porém, a Retórica tida como uma arte que visava à persuasão reduziu-se ao estudo exclusivo de recursos estilísticos como meio de ornamento nas formas de dizer. Somente a partir da segunda metade do século XX quando recebeu uma contribuição dos estudos da Linguística, Semiótica, Pragmática e Análise do Discurso, é que uma nova concepção foi proposta pelos estudos retóricos permitindo que o discurso e a argumentação fossem alvos de pesquisa nos estudos da linguagem.

Foram os estudos pragmáticos que basearam a ‘Teoria da argumentação na Língua’, tal teoria é representada por Ducrot e Anscombe e tem como objeto de estudo o discurso. Essa teoria estuda, especificamente, os atos de fala, parte do pressuposto de que quando produzimos um enunciado, eles são dotados de uma determinada força caracterizando um ato ilocucionário. Por outro lado, os efeitos produzidos por esse enunciado têm como finalidade produzir determinados efeitos com o objetivo de persuadir ou convencer o outro, a isso se constitui um ato perlocucionário. Para Ducrot e Anscombe apud (CAVALCANTI, 2008, p.82) a argumentação acontece por intermédio do léxico, assim, caracteriza-se fundamentalmente, pela teoria da significação, o que evidencia uma abordagem semântica e não retórica.

Para Ducrot e Anscombe apud (CAVALCANTI, 2008 p.83) a língua, por sua natureza, tem como característica inerente, a argumentação. Portanto, as partes que compõem o texto, possuem um caráter argumentativo, composto por marcas que determinam uma orientação argumentativa. Os autores chamam essas marcas de operadores argumentativos. Os operadores argumentativos citados por Ducrot são os elementos gramaticais que direcionam o sentido para o qual os enunciados apontam.

Adotando uma perspectiva sociointeracionista, no que se refere a argumentação, podemos admitir que esta se dá pela precisão que tem o indivíduo, de negociar, aceitar ou refutar opiniões apresentadas, no decorrer do uso social da língua. Nesse sentido concordamos com Koch (2006, p.29) quando assegura que:

Se pode afirmar que o uso da linguagem é essencialmente argumentativo: pretendemos orientar os enunciados que produzimos no sentido de uma determinada

conclusão (com exclusão de outras). Em outras palavras procuramos dotar nossos enunciados de determinada força argumentativa.

A argumentação, portanto, deve ser entendida como um meio pelo qual se torna possível à interação social. É por meio do discurso que o indivíduo tenta levar o outro a concordar com o dito. Para isso, quem argumenta utiliza-se de enunciados que, relacionados uns com os outros, tende a orientar o interlocutor para uma determinada conclusão. Segundo Passareli (2012) A principal característica da argumentação é apresentar um caráter de eficácia e um caráter utilitário. Isso consiste na capacidade do discurso de fazer o outro aderir a uma determinada opinião sempre mantendo uma coerência argumentativa. Assim, julgamos pertinente retomar o argumento de Koch (2007, p.29), que evidencia a necessidade de ampliar tal habilidade:

Quando interagimos através da linguagem, temos sempre objetivos, fins a serem atingidos; há relações que desejamos estabelecer, efeitos que pretendemos causar, comportamentos que queremos ver desencadeados, isto é, pretendemos atuar sobre o(s) outro(s) de determinada maneira, obter dele(s) determinadas reações (verbais ou não verbais).

Diante do exposto, evidenciamos a importância de se buscar meios pelos quais favoreçam a eficácia de uma produção textual argumentativa. Partimos da compreensão de que muitas categorias deverão estar em unidade, dentre elas, as categorias linguísticas, textuais e composicionais, mas, sobretudo, as categorias retórico-argumentativas e sociodiscursivas, priorizadas nesse trabalho, como fundamentais para o desenvolvimento da argumentatividade dos estudantes, uma vez que tais categorias se bem observadas no momento da produção textual, ainda que não apresentem uma ordem fixa, permitirão a apresentação do assunto em discussão, à tomada de posição frente ao tema e a produção de argumentos e/ou contra-argumentos.

Vale ressaltar ainda, que com a proposta metodológica de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) – a sequência didática-, tomada nesse trabalho como uma possível forma de intervenção na melhoria das práticas de escrita dos estudantes, permitirá uma sistematização das etapas que compõem o processo de escrita do texto argumentativo, tendo como vantagem a materialização da ideia e o aprimoramento da argumentatividade dos estudantes, objetivo principal dessa pesquisa, capacitando-os para a interação entre atores sociais que atuam nos mais diversos contextos, por meio da apropriação da escrita.

3 A ARGUMENTAÇÃO NA PRODUÇÃO DO GÊNERO: ANALISANDO A PRÁTICA

Nos tópicos anteriores procuramos refletir sobre a prática de produção de texto na escola. Tentamos relacioná-las as noções conceituais que permearam e permeiam, ainda hoje, o ensino de língua, as teorias recentes sobre os gêneros e a sua relação com o ensino e ainda a importância de desenvolver a capacidade argumentativa dos estudantes para que possam estar inseridos nas práticas sociais do seu mundo. Verificamos que tais noções evidenciam a real necessidade da escola assumir novas estratégias de ensino capazes de preparar os estudantes para uma melhor apropriação da escrita.

Diante disso, defendemos a importância de se buscar meios que favoreçam a autonomia do estudante no processo de produção escrita. Com essa finalidade adotamos a

proposta metodológica, de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) – a sequência didática. Posto isto, vamos à descrição da vivência da primeira etapa da referida proposta que foi aplicada no 9º ano do Ensino Fundamental e os resultados parciais desse primeiro momento. Para melhor situar essa primeira etapa apresentamos logo abaixo a estrutura de base da – sequência didática- proposta pelos autores:

Primeira etapa:

- ✓ Apresentação inicial da tarefa a ser desenvolvida;
- ✓ Apresentação do gênero escolhido;
- ✓ Elaboração da produção inicial;

Segunda etapa:

- ✓ Organização e vivência dos módulos (exercícios escolares com o intuito de corrigir as dificuldades encontradas);

Terceira etapa:

- ✓ Elaboração da produção final

Descrição dos procedimentos de análise que guiou a primeira etapa da pesquisa:

1. Formulamos a proposta de produção de um artigo de opinião.
2. Apresentamos aos estudantes diversos gêneros textuais, dentre eles, o artigo de opinião, para leitura. Em seguida, levamo-nos a descreverem oralmente o que diferenciava um e outro gênero e em que situação social cada um deles poderia ser útil, determinamos o suporte que seria publicado o texto chamando atenção para o uso da modalidade culta da língua. Discutimos aspectos de ordem linguística, textual, composicional retórica-argumentativa e sociodiscursiva do gênero artigo de opinião.
3. Solicitamos uma produção individual de um texto do gênero artigo de opinião, sobre o tema **‘Os benefícios e malefícios da tecnologia no âmbito escolar’**, em seguida, recolhemos os textos.

De posse da produção inicial, partimos para a primeira etapa da pesquisa, que foi a observação das dificuldades dos estudantes, no que diz respeito às categorias, linguísticas, textuais, composicionais, sociodiscursivas e retórico-argumentativas na produção do gênero solicitado. Tivemos como objetivo inicial investigar a capacidade dos estudantes na produção do texto argumentativo. Aqui apresentaremos somente uma amostra dos resultados desta etapa, uma vez que de um total de 37 textos recolhidos apenas um foi analisado até o momento.

O procedimento de análise, na produção textual, baseou-se em eixos específicos que se bem concatenados poderão favorecer a argumentatividade dos estudantes na produção do gênero escolhido, ‘o artigo de opinião’. Assim, na categoria linguística os eixos analisados foram: a ortografia, instâncias gramaticais, norma e registro e estruturas sintáticas. Na categoria textual, a análise se deu nos eixos coesão, coerência e intertextualidade. Na categoria composicional analisamos o título/subtítulo, nota sobre a autoria, linguagem e partes que compõem o texto. Nas categorias retórico-argumentativas os eixos em análise foram os procedimentos argumentativos e organização da argumentação e por fim na categoria sociodiscursiva foram analisados os eixos: domínio discursivo, domínio social e modos discursivos. Vale salientar que embora nos interessemos em priorizar as categorias retórico-argumentativas e sua inter-relação com as categorias sociodiscursivas, visando desenvolver tais aspectos, entendemos que as demais categorias não podem ser ignoradas, pois como

afirma Marcuschi (2008, p. 53) “a escola tem como missão primária levar o aluno a bem se desempenhar na escrita, capacitando-o a desenvolver textos em que os aspectos formal e comunicativo estejam bem conjugados”. Posto isto, vamos à análise do *corpus* desse trabalho. Apresentaremos cada texto, seguido da análise logo abaixo:

Tema: Os benefícios e malefícios do uso da tecnologia no âmbito escolar.

Benefícios e malefícios da tecnologia

Os benefícios: Bem, falar dos benefícios da tecnologia não é muito bom falar, porém porque não existe muitos benefícios porque escola é lugar de estudar, mais restando a falar dos benefícios. Você traz seu celular, tablet ou outro dispositivo ele é bom porque você se comunica com quem está longe, recebe mensagem e envia uma ação rápida.

Os malefícios: ~~o~~ Falando agora ao contrário os malefícios são muito, porque você nem para a escola para estudar aí traz seu celular, ou tablet e começa a usar você perde a atenção não presta atenção fica só nas redes sociais mandando mensagem, isso é o pior da tecnologia você fica com vontade de sair mais cedo para mexer no computador e a tarefa não é estudada por causa de uma televisão.

Para mim a conclusão disso tudo é se você tem um objeto de tecnologia pode trazer agora dizer em silêncio e só atenda em emergência e use ele só na hora do intervalo.

Iniciamos a análise do *corpus* procurando identificar problemas vinculados às categorias linguísticas. O texto apresenta certo domínio da modalidade formal da língua, porém apresenta alguns desvios ortográficos como ‘mecher’ por ‘mexer’, problemas recorrentes de acentuação gráfica, ‘rápida’, ‘contrário’, ‘malíficios’, ‘malefícios’, ‘silencioso’. É possível ainda observar ocorrências de estruturas sintáticas inadequadas como os seguintes problemas de concordância, ‘[...] não existe muitos’, para ‘não existem muitos’, ‘Os malefícios são muito’ para ‘os malefícios são muitos’, podemos ainda perceber que em se tratando da norma e registro, o estudante não levou em consideração o contexto de circulação, especificado na tarefa, que correspondia a uma situação formal. Assim, utiliza-se de expressões informais. É o caso de ‘[...] aí traz seu celular’ ou ‘[...] fica só nas redes sociais’, ‘Bem, falar dos benefícios’. Dentre os recursos expressivos, para os procedimentos argumentativos, como é o caso do uso de aposto, mecanismos adverbiais, indicadores modais, também não são utilizados pelo estudante o que prejudica a segmentação da argumentação. Tal constatação retoma aos estudos de Passareli (2012) ao afirmar que a utilização

argumentativa da gramática torna o enunciado mais verdadeiro, ao contrário disso, a função retórica do texto poderá sofrer uma desqualificação.

Em relação às categorias textuais, logo nos chama atenção para as escolhas lexicais, utilizadas pelo estudante, a coesão utilizada é insuficiente, dessa forma é possível perceber um alto grau de repetição como forma de manutenção do tema. O estudante também não dialoga com outros textos, ideias e conhecimentos, dificultando a coerência dos argumentos. Também foi possível observar a ausência de sequenciadores entre os parágrafos dificultando a articulação entre as partes do texto. Foi possível ainda perceber, uma presença inadequada de operadores argumentativos no interior dos enunciados como em ‘ [...] não é muito bom falar, *porém porque* não existe muitos... ’. Tal construção prejudicou a organização argumentativa dos enunciados. Koch (2006, p. 31) já evidenciava as possíveis relações entre os enunciados de um texto, como é possível perceber no seguinte argumento: “os enunciados trazem em seu bojo relações de ordem pragmática, que se revelam, na maioria das vezes, através dos operadores do discurso – ou operadores argumentativos – os quais por meio desse encadeamento, estruturam os enunciados em um texto verbal linear”.

Nas categorias composicionais, o estudante repetiu o conteúdo temático para formar o seu título, não levando em consideração os aspectos implícitos que devem ser compartilhados pelos participantes da interação. No desenvolvimento da proposta, percebemos poucas marcas de autoria, os fatos apresentados limitaram-se ao tema sem um repertório cultural proveitoso. Com relação às partes que compõem o texto, o estudante demonstrou um domínio insuficiente do texto argumentativo, assim, não contextualiza a ideia que será discutida para desenvolver o tema, não toma uma posição frente ao tema abordado, bem como, não usa os movimentos argumentativos como a sustentação, a negociação, a contra-argumentação e a refutação.

Por outro lado, segundo Koch (2006, p. 30) “há relações discursivas que se estabelecem entre enunciado e enunciação a que denominamos ideológicas ou argumentativas”, ou seja, de acordo com os propósitos comunicativos do produtor, o texto deve estabelecer relações retórico-argumentativas e sociodiscursivas. No texto em análise, é possível perceber uma precariedade de tais procedimentos argumentativos pela ausência de construção de argumentos pertinentes e persuasivos para apoiar uma posição discursiva frente ao tema. A organização dos argumentos é marcada por uma ideia inconsistente, sem repertório produtivo, crítico e sem articulação com referências relevantes. Dessa forma não é possível criar/construir determinados efeitos de sentido no texto. É o que fica claro nas seguintes tentativas de argumentos: - ‘não existe muitos benefícios porque escola é lugar de estudar’, você traz seu celular, tablet ou outro dispositivo ele é bom porque você se comunica com quem está longe, recebe mensagem e envia uma ação rápida’... -. O estudante não escolhe bem as marcas discursivas em função dos propósitos comunicativos e domínios discursivos do texto, não conseguindo expressar com clareza a sua opinião em relação ao tema. Dessa forma, é possível perceber na maior parte do texto uma indecisão frente ao tema, decorrente da precariedade dos argumentos utilizados. É possível ainda perceber dificuldades nos modos discursivos de forma que apresenta características de outros tipos textuais. Por fim torna-se evidente a falta de habilidade, do estudante, em discutir problemas sociais controversos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão promovida nesse trabalho, assim como a análise realizada, nos permite uma primeira constatação das dificuldades encontradas pelo estudante, do nono ano do Ensino Fundamental, no desenvolvimento da argumentatividade em produções textuais escritas. Nos primeiros resultados da investigação foi possível perceber dificuldades de ordem linguística, textual, composicional, retórico-argumentativa e sociodiscursiva na sua produção textual.

Ainda que se trate de um resultado sujeito a reformulações, já que o *corpus* foi bem pequeno, aponta para a necessidade de recorrer a estratégias interventivas para as práticas de produção de texto. Aqui especificamos apenas uma - a vivência de uma proposta metodológica – a sequência didática- como forma de mobilizar conhecimentos acerca do processo de escrita, de forma que venha favorecer o desenvolvimento da argumentatividade dos estudantes. Isso porque, por ocasião do processo de escrita de um texto, é possível constatar certa complexidade, que requer um domínio de diversas categorias de ordem linguística, textual, composicional, retóricas-argumentativas e sociodiscursivas, a fim de garantir a autonomia do indivíduo em seu projeto de dizer.

Por fim, esse breve trabalho, busca mostrar quão proveitoso pode ser buscar meios para a apropriação da escrita dos estudantes, proporcionando-lhes uma efetiva inserção na vida em sociedade. Dessa forma, desejamos que ao compartilhar essas teorias e experiência tenhamos motivado professores e futuro professores de língua a buscarem alternativas para o ensino de produção de textos eficientes.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAZERMAN, Charles. **Gênero, agência e escrita**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRONCKART, Jean Paul. **Atividade de Linguagem, textos e discursos**. Por um interacionismo sociodiscursivo/Jean Paul Bronckart; trad. Anna Rachel Machado, Péricles Cunha. – São Paulo: Educ, 1999.
- CAVALCANTI, Maria Clara Catonho. **Multimodalidade e argumentação na charge**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Letras, 2008.
- SCHNEUWLY, Bernardo. NOVERRAZ, Michele. & DOLZ Joaquim. **Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento**. In. DOLZ , Joaquim. & SCHNEUWLY, Bernardo. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas (SP): Mercado de Letras, 2004, pp. 95 – 128.
- KOCH, I. G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____, **Argumentação e Linguagem**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____, **A interação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2007.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros Textuais: Definição e Funcionalidade**. In. DIONÍSIO, Ângela Paiva. et. al (org). **Gêneros Textuais & Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, pp. 19-36.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo, SP: Parábola, 2008.

PERNAMBUCO. **Orientações Teórico-Methodológicas – Ensino Fundamental**: Língua Portuguesa; Recife: Secretaria de Educação. Disponível em: http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/750/lingua_portuguesa_01.pdf. Acesso em: 08 mar. 2014.

PASSARELLI, Lílian Ghiuro. **Ensino e correção de textos escolares**. São Paulo: Cortez, 2012.

SOARES, Magda Becker. **Concepções de Linguagem e o ensino de Língua Portuguesa**. In. BASTOS, Neusa Barbosa. (org.) **Língua Portuguesa. História, Perspectivas, Ensino**. São Paulo: EDUC, 1998, pp. 53-60.

_____. **Novas Práticas de Leitura e Escrita na Cibercultura**. Educ. Soc., Campinas (SP), v. 23, n. 81, 2002, pp.143-160.